

A FILANTROPIA ESTRATÉGICA: Fundação Rockefeller e a Educação Extensionista no Brasil

Cíntia Wolfart¹
Maria Cristina dos Santos²

Resumo: A atuação dos Estados Unidos no Brasil, no que se refere à modernização conservadora da agricultura, foi efetivada através dos princípios ideológicos do programa conhecido como “Revolução Verde”. Esse programa foi financiado pela Fundação Rockefeller e difundiu o chamado pacote tecnológico no meio rural. Ressaltaram uma imagem “humanitária”, enfatizando a possibilidade de acabar com a fome no planeta, mas demonstraram suas pretensões de intervir na organização do conjunto da classe trabalhadora tendo como objetivo o controle e poder. Os múltiplos vínculos entre agentes e agências do capital visaram o aumento da produtividade sem alterar a ordem da dominação. Para problematizar as ações filantrópicas e as conexões entre grandes corporações para a ampliação das áreas de influência e difusão do consenso, apropriou-se de bibliografia gramsciana e marxista bem como analisaram-se fontes de pesquisa de instituições públicas e privadas.

Palavras-chave: Fundação Rockefeller; Capital-Imperialismo; Filantropia; Educação Extensionista; Modernização conservadora.

STRATEGIC PHILANTHROPY: Rockefeller Foundation and Extension Education in Brazil

Abstract: The actions of the United States in Brazil, which do not focus on the conservative modernization of agriculture, were carried out through the ideological principles of the program known as the “Green Revolution.” This program was financed by the Rockefeller Foundation and supported by the so-called technological package in rural areas. They presented a “humanitarian” image, emphasizing the possibility of ending hunger worldwide, but also aimed to intervene in the organization of the working class with the goal of control and power. The multiple connections between agents and agencies of capital sought to increase productivity without changing the existing order of dominance. To critique philanthropic actions and the links between large

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2759420724021960>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9112-3158> Email: cintiawhistoria@gmail.com.

² Professora Titular no Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos DED/UFSCar. Graduada em Ciências Sociais pela Associação Limeirense de Educação. Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutora em Educação pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Pós-doutora em “Ambiente e Sociedade” pela Universidade Estadual de Goiás. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSCar. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1095065753077001>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3130-9433>. E-mail: cbezerra@ufscar.br.

corporations to expand influence and spread consensus, Gramscian and Marxist theories were applied, and research sources from both public and private institutions were analyzed.

Keywords: Rockefeller Foundation; Capital-Imperialism; Philanthropy; Extension Education; Conservative Modernization.

FILANTROPIA ESTRATÉGICA: Fundação Rockefeller y Extensão Educativa en Brasil

Resumen: Las acciones de Estados Unidos en Brasil, en lo que respecta a la modernización conservadora de la agricultura, se llevaron a cabo a través de los principios ideológicos del programa conocido como la “Revolución Verde”. Este programa fue financiado por la Fundación Rockefeller y difundió el llamado paquete tecnológico en zonas rurales. Enfatizaron una imagen “humanitaria”, enfatizando la posibilidad de acabar con el hambre en el planeta, pero demostraron sus intenciones de intervenir en la organización de la clase trabajadora en su conjunto con el objetivo de control y poder. Los múltiples vínculos entre agentes y agencias del capital apuntaban a incrementar la productividad sin alterar el orden de dominación. Para problematizar las acciones filantrópicas y las conexiones entre grandes corporaciones para ampliar áreas de influencia y difundir consensos, se apropió de bibliografía gramsciana y marxista, así como se analizaron fuentes de investigación de instituciones públicas y privadas.

Palabras clave: Fundación Rockefeller; Capital-imperialismo; Filantropía; Extensión Educativa; Modernización conservadora.

INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), os Estados Unidos se consolidaram como potência imperialista em função da expansão da indústria de guerra e exportação bélica para os países envolvidos no conflito. Na condição de Estado Bélico, segundo Santos (1993), a hegemonia estadunidense sustentou-se não apenas na indústria de guerra permanente, mas na ocupação militar de quase todo o mundo capitalista. Concomitante a esse processo, ocorreu a ampliação dos blocos de investimentos altamente complementares nos países em desenvolvimento, onde era projetado um forte processo de industrialização, pautado na produção em larga escala de matérias-primas de baixo custo dos

produtos e de força de trabalho explorada para a expansão da produção burguesa.

A esse processo de propagação do capitalismo no campo, denominou-se “modernização conservadora”. Ou seja, tratou-se de um projeto dirigido pela classe dominante, associada a grupos de megaempresários e milionários, que se aproximaram de agências governamentais periféricas sob pretexto de filantropia. O plano imperialista, segundo Molina (2016), teve a necessidade de condicionar a superestrutura, ou seja, propagar o ideário estadunidense em um contexto de enfrentamentos ideológicos, bélicos e socioeconômicos.

No caso brasileiro,

Para além de moldar ideologicamente e politicamente os brasileiros e lucrar concedendo empréstimos e vendendo equipamentos, mesmo que algumas interferências ocorressem mediante “filantropia”, os convênios assinados e consentidos pela classe dominante brasileira tinham o claro objetivo de interferir na educação, pesquisa e extensão. O discurso dominante justificava estas intervenções pois, visavam a “civilizar” e “modernizar” o país mediante o aprimoramento do método de produção capitalista, o que segundo os teóricos liberais colaboraria para a diminuição da pobreza do país e conseqüentemente impedir o deslocamento do Brasil para a órbita dos países socialistas (Molina, 2016, p. 176-177).

Poderosos grupos empresariais multinacionais se aliaram tendo em vista a ramificação de projetos com potencial de propagação do capitalismo no campo e conseqüentemente contenção do chamado inimigo ou “perigo comunista” e entre os setores estratégicos para a implementação dessa política de expansão do capitalismo (anticomunista) estavam a agricultura e educação. Como eram tempos de Guerra Fria, o plano de difusão do capitalismo no campo foi denominado de “Revolução Verde”. Esse programa foi oportunamente difundido após 1959 na América Latina, como resposta à Revolução Cubana. Ela propunha ser “a opção pacífica” de mudança na produção sem, contudo, tocar no tema da distribuição da terra e da Reforma Agrária. Parte desta linha de racionalização passou pela organização da extensão rural e também pela criação de projetos direcionados aos agricultores, técnicos agrícolas e extensionistas rurais.

A chamada “Revolução Verde” foi formulada e idealizada pela agência internacional denominada Fundação Rockefeller e contou com apoio de outros poderosos grupos empresariais e multinacionais tais como a Fundação Ford, Cargill, Aliança para o Progresso, Agrocere, bancos nacionais e internacionais, como analisaremos ao longo deste artigo.

Pretendia-se, por meio desse projeto, causar profundas transformações na produção de alimentos através da difusão de técnicas, tecnologias e insumos agrícolas produzidos pela indústria. O conjunto dessas técnicas agrícolas relacionou-se às experiências em genética vegetal voltadas para a reprodução de sementes resistentes a doenças e pragas, bem como adaptadas aos diferentes tipos de solos.

Esses produtos formulados nos institutos de pesquisa formavam o chamado pacote tecnológico,³ produzido para garantir melhores resultados na produção. Tratou-se, portanto, de um tipo de racionalização da produção cujo conjunto das práticas e procedimentos técnicos não poderia ser rompido, sob o risco de invalidar totalmente os resultados da exploração agrícola (Alves, 2013; Brum, 1988).

OS MÚLTIPLOS VÍNCULOS ENTRE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS: INFLUÊNCIA NO BRASIL

O projeto conservador da “modernização” apresentou características relacionadas à “revolução passiva”, pois o plano de propagação do capitalismo dependeu da difusão do consenso nos países periféricos. Carlos Nelson

³ O chamado pacote tecnológico compreendia num conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulavam entre si e que deveriam ser utilizados indivisivelmente numa lavoura, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa. Trata-se de uma tendência à constituição de uma agricultura voltada para a precisão, baseada em equipamentos mecânicos, fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes selecionadas/fiscalizada, produzido por indústrias multinacionais e transnacionais voltados para a agricultura. Segundo Aguiar, o pacote tecnológico correspondia, na verdade a uma verdadeira linha de montagem, onde o uso de uma dada inovação técnica (ou insumo de origem industrial) exigia o emprego de uma dada inovação técnica anterior e a utilização de certa inovação técnica posterior. Essa combinação de uso de insumos (e máquinas) não poderia ser rompida, sob o risco de invalidar totalmente os resultados da exploração agrícola (Aguiar apud Souza, 2003, p. 114).

Coutinho, em sua obra intitulada “Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político” de 1999, ao discorrer sobre Antônio Gramsci (intelectual de referência, importante e necessário para entender o processo de expansão da burguesia e as relações de poder no desenrolar do capitalismo), analisou as potenciais diferenças entre um processo revolucionário proletário e as reações da classe burguesa.

A “revolução passiva”, segundo Gramsci, descreve um processo de transformação social em que as classes dominantes, para manter sua hegemonia diante de possíveis levantes das classes subalternas, promovem reformas e mudanças que atendem a certas demandas populares, mas de forma controlada e sem que o povo seja o protagonista. Trata-se de uma “restauração” que se apresenta como “renovação”, cooptando lideranças e absorvendo pautas para evitar uma transformação radical da ordem social.

Notadamente Carlos Nelson Coutinho, afere que a expansão do capitalismo no país ocorreu não por uma ruptura revolucionária, mas por um processo de modernização “pelo alto”, que dependeu crucialmente da difusão de um consenso para legitimar as mudanças e neutralizar as forças populares. Por outro lado, quando a classe trabalhadora não consentisse, outra estratégia empregada era o uso da força e da coerção.

Nelson Aldrich Rockefeller, segundo Silva (2009, p. 16),

(...) Pertenceu a uma família que conquistou ainda no século XIX uma grande fortuna, inicialmente, com a exploração de recursos naturais: o petróleo, com a Standard Oil Company, cuja subsidiária na Venezuela - a Creole Petroleum Co. - da qual Nelson fez parte do Board of Directors (1935-1940). Ainda no final do século XIX e durante o início do século XX, a família Rockefeller iniciou também a participação em atividades filantrópicas, sendo que a AIA estaria ligada, de acordo com o próprio Nelson, à esta tradição. Durante a Segunda Guerra Mundial, Nelson Rockefeller coordenou no Brasil as atividades do CIAA. Posteriormente, ao lado de colegas dos tempos de guerra, como Wallace K. Harrison, Kenneth J. Kadow, Francis A. Jamieson e John E. Lockwood, fundaram a AIA.

As ações de Nelson Rockefeller na América Latina, iniciadas durante a Segunda Guerra Mundial, estabeleceram um modelo de influência política e econômica que transcendeu o conflito. A Office of the Coordinator of Inter-

American Affairs - CIA era um projeto que visou à manutenção de atividades políticas e comerciais no contexto latino-americano e teve intenso desempenho durante a Segunda Guerra no Brasil. Com parâmetros parecidos aos demais programas que surgiram posteriormente, como a *American International Association for Economic and Social Development* AIA (1946 e 1961), os propósitos permaneceram. A sedução (Tota, 2000), conquista, persuasão, cooptação de pessoas influentes nas comunidades, alinharam-se ao plano de contenção de processos revolucionários e de segurança para os negócios capitalistas. Fez parte da meta da AIA de propriedade de Nelson a propagação e organização de projetos educacionais, ensino técnico e extensionismo rural.

O grupo econômico Rockefeller atuou em múltiplas frentes diversificadas com multinacionais de sua propriedade. Por influência dessa Fundação foi criada a primeira Associação de Crédito e Assistência Rural no Brasil. Argemiro Brum, em seu estudo sobre a modernização da agricultura brasileira, demonstrou os diferentes vínculos que a Fundação Rockefeller tinha e controlava. O capital industrial, o comercial e o financeiro se juntaram de modo muito articulado para propagar o projeto de modernização conservadora no país. Senão, vejamos:

(...) no setor financeiro, possui um dos maiores bancos privados do mundo - o Chase Manhattan Bank - que é atualmente um dos maiores credores do Brasil; no setor industrial, além de outras, possui empresas que fabricam máquinas e equipamentos agrícolas, bem como fertilizantes, defensivos e pesticidas; na área do petróleo, detém o controle de duas das sete maiores petrolíferas do mundo; na área comercial, é sócio da Cargill, uma das maiores comercializadoras de grãos do mundo, o mais poderoso dos cinco grupos que controlam a comercialização de cereais em escala mundial, e que também se dedica à fabricação de rações, além de controlar monopolisticamente a pesca, fabricação e comercialização da farinha de peixe no Peru. Também atua em outros ramos. Outros grupos econômicos internacionais estão estruturados e atuam de modo idêntico. Através de seus bancos, concedem empréstimos e financiamentos aos governos e a grandes empresas (muitas delas de sua propriedade) nos países dependentes, para expandir determinados setores da economia, de acordo com a sua estratégia global; instalam subsidiárias nesses países para produzir insumos agrícolas modernos, geralmente importados de suas matrizes no exterior componentes essenciais ou insumos químicos básicos; e, finalmente fechando o círculo da dominação deles e da nossa dependência, nos compram a produção agrícola e a industrializam ou a comercializam (exportam)

internacionalmente. Ainda, o chamado “crédito rural”, subsidiado pelo governo, em parte oriundo de empréstimos obtidos pelo país junto aos grandes bancos internacionais, utilizado para que os agricultores possam adquirir maior quantidade de máquinas e insumos modernos, é, de fato, crédito industrial, uma vez que funciona mais voltado para expandir os interesses da indústria do que os da agricultura, que é apenas um subsistema dentro e a serviço do sistema econômico global comandado pelo complexo financeiro-industrial (Brum, 1988, p. 49 50).

A aproximação diplomática do megaempresário Nelson Rockefeller, incentivou o incremento de corporações no país. É o caso da Cargill, cerealista multinacional cujo presidente era John MacMillan, Jr. De acordo com Brum, a Cargill, naquele contexto, estava ligada à comercialização internacional de produtos como cereais e fabricação de rações. No site da Cargill, por seu turno, encontramos a seguinte avaliação a respeito do processo de ampliação da multinacional na América Latina,

A entrada na América do Sul se deu de forma incomum para a Cargill desde o início. A IBEC (*International Basic Economy Corporation*), empresa formada por Nelson Rockefeller para elevar o padrão de vida através dos negócios, procurou John Jr. buscando uma parceria. John Jr. agarrou a oportunidade, pois percebeu a chance de estabelecer uma presença formal na América do Sul. Juntos, eles criaram a Cargill Agrícola e Comercial S.A. (CACSA). Com essa nova empresa, os parceiros começaram a trabalhar a fim de solucionar um problema antigo para os agricultores brasileiros: a perda da lavoura de milho causada por armazenamento insuficiente. O milho era bastante procurado por sua qualidade nutritiva, mas também porque sua moagem produzia uma variedade de produtos, desde amidos a melados para a indústria têxtil. No intuito de proteger a colheita e facilitar o transporte, a CACSA construiu dois elevadores de grãos (um em Ourinhos, São Paulo, e outro em Arapongas, Paraná). Essas estruturas ofereceram um amplo espaço de armazenamento aos agricultores, permitindo a proteção de suas colheitas contra a ação de gorgulhos e outros elementos de deterioração, além da possibilidade de retardar a venda até os preços subirem. Histórico: CARGILL, defendendo os agricultores no Brasil. Acesso em 10 de mar. de 2016.

Se tomarmos como referência este histórico da empresa, vê-se claramente o intuito de melhorar a logística da produção. No entanto, pretendia fazer com que os produtores rurais tivessem uma imagem positiva sobre a empresa, pois era vista com desconfiança no mundo dos negócios por conta de ser acusada, dentre outras coisas, de transformar o comércio de grãos

em um jogo de azar. No universo do processo da modernização capitalista, dados sobre clima, solo, pragas e mercado foram empregados para propagar a produção. Risco financeiro, instabilidade, dependência em relação ao pacote tecnológico tornaram os produtores rurais reféns de uma determinada lógica capitalista, levando muitos pequenos proprietários a perdas de recursos financeiros.

Conhecida internacionalmente por meio das divulgações e ações, a Cargill criou ainda estratégias para ampliação dos seus interesses no ramo agroindustrial em todo o país. Tratou-se dos campos de demonstrações e experimentação, cujo objetivo era aproximar tecnologia e pesquisas aos produtores rurais. Nesse sentido, também incentivou o trabalho extensionista com os jovens, pois foram apresentados e responsabilizados como os futuros agricultores e propagadores do projeto modernizante conservador.

Outras empresas multinacionais atuaram no ramo de maquinários, insumos e produtos químicos, impulsionaram o projeto de modernização, seja por meio da propaganda e/ou pela qualificação e treinamento de jovens através da manutenção e investimento de divisas com entidades brasileiras. Trata-se especialmente da Cargill, Ford Motors, Shell, Agrocere e Agrocere, Singer Sewing Machine Company. Junto com a pretensão empresarial pela ampliação do mercado consumidor de maquinários, pode-se dizer que tais empresas foram amplamente privilegiadas nestas ações pelo Estado, e que por sua vez, elaboraram uma estratégia de atuação cujo interesse foi centrado na acomodação do projeto da “Revolução Verde”, conforme as premissas da Aliança para o Progresso e o plano da modernização. O incentivo ao trabalho extensionista com os jovens rurais foi a jogada de mestre para garantir a longevidade desse modelo. Ao focar nas novas gerações, a Cargill e outras empresas do setor visavam criar uma mudança cultural profunda no campo.

Cabe destacar que a Aliança para o Progresso foi lançada por Kennedy, visando combater as bases da Revolução Cubana na América Latina, bem como cooptar membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) para uma ação contra o regime de Fidel Castro e reforçar a agenda de segurança. Isto era uma

justificativa da Casa Branca para intervenção na América Latina para impor o modelo dos EUA de sociedade. O Nordeste brasileiro, por exemplo, onde eram ativas as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, foi considerado o ponto mais vulnerável (Natividade, 2015, p. 09).

A relação de algumas multinacionais que participaram da condução da modernização conservadora no Brasil entre os anos de 1950 a 1960 é apresentada no seguinte quadro,

Tabela 1: Multinacionais e a monopolização expansionista

| Multinacionais | Origem e Início de atuação no Brasil | Tipos de produtos comercializados |
|-------------------------------|--------------------------------------|---|
| Singer Sewing Machine Company | Estados Unidos-1858 | Máquinas de costura (domésticas e industriais), óleo, ferros de passar e vaporizador. Em alguns mercados comercializa alguns eletrodomésticos, como por exemplo, aspiradores, torradeiras, liquidificador, mixers, processadores de alimentos, refrigeradores, máquinas de lavar e televisões. |
| Bayer | Alemanha-1896 | Aspirina, Yasmin®, Levitra®, anilinas, produtos químicos intermediários, derivados de cromo e defensivos agrícolas, Confidor, Makrolon, Baydur e Bayflex, corantes, repelente Autan®, inseticida Baygon®, pomada para hidratação da pele Bepantol®, Alka-Seltzer®, Redoxon®, Leite de Magnésia de Phillips, Flanax®, drogas cardiovasculares, dedicou-se na produção de remédios que dispensam receita médica, medicamento para alergia Claritin. |
| Agrocerec | Estados Unidos - Brasil - 1945 | Milho híbrido, sementes milho e sorgo, formicidas, nutrição animal, genética suína. |
| Cargill | Estados Unidos - 1948 | Sementes híbridas de milho, óleo de soja, azeite de oliva (Gallo), molhos Liza, molhos Purilev Light, óleo de milho Mazola, Pomarola, Tarantella, Elefante e Pomodoro, exportadora de soja, compra, processa e distribui grãos e oleaginosas, produção rações. Entre outros. |
| Ciba - Gaygy | Suíça/Inglaterra - 1934 | Inseticidas, produtos farmacêuticos, adesivo de resina epóxi Araldite, diurético Hygroton, corantes, Coramine, inseticida DTT. Entre outros. |
| Monsanto | Estados Unidos - 1951 | Adoçante artificial-sacarina, ácido salicílico e posteriormente borracha, plásticos, incluindo poliestireno e fibras sintéticas, herbicida DDT, herbicida glifosato, roundup, transgênico, agente laranja, aspartame (nutrasweet), somatotropina bovina (hormônio de crescimento bovino), o produto químico PCB (conhecido no Brasil como ascarel), herbicida Ramrod, herbicida Lasso, Posilac, algodão Bollgard, milho Yieldgard, etc. |

Fonte: DIAS, Kadu. Massey Ferguson. Mundo das Marcas. 2006. Disponível em: <https://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/07/massey-ferguson-gente-faz-terra.html>. Acesso em: 10 jun. 2016. (Tabela organizada pela autora.)

Como se pode ver na relação de multinacionais que atuaram nos países periféricos como no Brasil, havia uma espécie de ampliação das relações industriais. Muitas empresas que atuaram neste momento resultaram de atividades indiretamente ligadas ao complexo agroindustrial (Sorj, 1980). Além disso, parte significativa dessas empresas tiveram participação durante a Segunda Guerra Mundial por meio da produção de equipamentos bélicos.⁴

Sob várias formas, o imperialismo avançou no Brasil. Grandes somas de dólares foram disponibilizadas pelos Estados Unidos através do Ponto IV, pela Aliança para o Progresso, Associação Internacional Americana (AIA), Escritório Técnico de Agricultura (ETA), entre outros recursos advindos das multinacionais, tendo em vista o controle sobre os países periféricos. O Ponto IV foi um programa lançado em 1949 nos Estados Unidos durante a gestão de Truman. Teve como principal objetivo ampliar a produtividade, expandir o poder aquisitivo e melhorar a saúde das populações nos países considerados “subdesenvolvidos”, através do investimento de capital para o desenvolvimento de projetos de assistência técnica e financeira. Truman ambicionava reproduzir no mundo altos níveis de industrialização e urbanização através da tecnificação da agricultura, do desenvolvimento dos padrões de vida e da adoção de novos e “modernos” padrões e valores culturais.

Com o programa ponto IV, os Estados Unidos passaram a interferir mais intensamente na América Latina sobre a premissa de “cooperação” aos países subdesenvolvidos visando à melhoria de vida e trabalho dessas populações. A “ajuda”, ou seja, o suposto trabalho “filantrópico” em larga escala, passou a ser executada pela *Technical Cooperation Administration* (TCA) que fundou

⁴ “No final desta década, em 1938, a Massey-Harris Co. introduziu a primeira colheitadeira automotriz, facilitando assim o trabalho nos campos em época de colheita. Foi neste mesmo ano que Henry Ford começou a produzir os tratores Ford e Massey Ferguson, firmando uma parceria com a empresa, que seriam encerrados poucos anos depois, em 1947, após a produção de 300 mil tratores. Durante a Segunda Guerra Mundial, a empresa produziu equipamentos para o exército.” DIAS, Kadu. Massey Ferguson. Mundo das Marcas. 2006. Disponível em: <https://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/07/massey-ferguson-gente-faz-terra.html>. Acesso em: 10 jul. 2016.

outras instituições para gerir esse processo tais como *Foreign Operations Administration* (FOA) e a *International Cooperation Administration* (ICA).⁵

Além do ETA, outros institutos foram fundados pelo grupo Rockefeller como a *Association for Economic and Social Development* (AIA) durante o período compreendido entre 1946 e 1961. Essa associação foi responsável pelo financiamento e oficialização da Extensão Rural no Brasil e desenvolveu projetos de cooperação técnica, principalmente em agricultura e conservação do solo, além de programas de saneamento básico e alfabetização (Silva, 2009).

Além da AIA, o *International Basic Economy Corporation* - IBEC foi criado no Brasil, também por Rockefeller, com fins gerais semelhantes ao projeto AIA. Atuava nas atividades ligadas à indústria, comercialização e disponibilização de recursos para a montagem de empresas como fertilizantes, rações para aves e sementes híbridas. Enquanto a AIA atuava no agenciamento e na difusão do projeto, o IBEC garantia a sua materialização, estruturando e colocando em funcionamento empresas e cooperativas cujo objetivo era estreitar o laço entre a proposta ideológica, difundida pela AIA, e os setores empresariais da modernização.

O imperialismo se infiltrou em todo o processo produtivo nacional e os centros dominantes estrangeiros criaram várias estratégias e métodos para incorporar os países periféricos ao modelo de desenvolvimento capitalista internacional. A condução da política expansionista dos blocos dominantes via associações internacionais no setor agroindustrial atuou no sentido de reproduzir as condições do pré-guerra, segundo afirmação de Fontes (2010, p. 161), pretendia-se garantir a unificação nacional interna dos países imperialistas e garantir os recursos advindos da manutenção das colônias ou semicolônias. O transbordamento da agroindústria para outros países se realizou de maneira seletiva, subordinada e funcional aos próprios interesses

⁵ Para obter mais informações sobre essas entidades, MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Niterói/ Rio de Janeiro: Vício de leitura/FAPERJ. 2007.

imperialistas. Dependia do grau de segurança à propriedade e do controle político exercido nos países periféricos.

O MODUS OPERANDI DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS NO BRASIL

Para garantir que essa infiltração fosse bem-sucedida e duradoura, os centros dominantes empregaram métodos sofisticados. O *modus operandi* da iniciativa privada binacional impôs adequações e determinações adaptadas às diversas realidades tendo em vista fomentar relações sociais capitalistas. No Brasil, o Estado aos poucos foi introduzido no programa de desenvolvimento da agricultura e nas políticas industrializantes. Esse processo ficou evidente a partir da criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entidade que tinha como finalidade aproximar a agricultura e indústria bem como uniformizar os trabalhos extensionistas na gestão Kubitschek em 1956.

Segundo a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA):

O ano de 1956 foi decisivo para o Sistema Cooperativo de Extensão Rural no Brasil. Como se viu, fundaram-se nesse ano o ETA- Projeto nº 15 e o ETA - projeto nº 17. Vários outros estados manifestavam, ainda, grande interesse pela criação de associações semelhantes. Havia também o perigo de que, por falta de um órgão coordenador e de apoio financeiro, algumas das associações fundadas se afastassem gradualmente dos princípios e da filosofia que devem reger o trabalho de extensão ou fracassassem por falta de recursos. Assim, a ideia que vinha sendo acalentada há muito tempo, de uniformização do sistema, veio a concretizar-se em junho de 1956 com a fundação da ABCAR. Teve como membros fundadores a Confederação Rural Brasileira, o ETA, a AIA, o Banco do Brasil e as entidades de nível nacional cooperadoras por convênio e o Ministério da Agricultura (Acarpa, Curitiba, 1971, p. 07-08).⁶

A ABCAR foi criada no contexto em que os Estados Unidos ultrapassaram as suas fronteiras e procurou dinamizar a extensão rural em países da América Latina com o objetivo de criar empresas para disponibilizar quantidades crescentes de matérias-primas aos países industrializados através do

⁶ Fonte disponível para pesquisa na ACARPA/EMATER localizada na cidade de Curitiba/Paraná.

mecanismo de prestação de assistência técnica e economia doméstica no campo. É importante observar que 1956 foi um período da transição de um governo para outro e consecutivamente a substituição de ministros, diretores e chefes de seção do Ministério da Agricultura.

A descontinuidade administrativa pela substituição de ministros e chefes, segundo o relatório, afetou desfavoravelmente o ritmo dos trabalhos do Ministério. Neste quadro de substituições, segundo o diretor do Serviço de Informação Agrícola - SIA, os ocupantes dos cargos de chefia deixaram de prestar as devidas informações sobre os trabalhos efetuados durante a gestão de 1954 e 1955. Nesse sentido, o relatório foi considerado como incompleto, pois as informações necessárias, segundo a SIA, não foram disponibilizadas em sua totalidade, seja por omissões, troca de funcionários internos e outros motivos não evidenciados no relatório. Tratou-se de uma justificativa do Serviço de Informação Agrícola (SIA), cujo diretor na época era José A. Vieira, e foi apresentada em 1956, cujo interesse dessa agência era introduzir o projeto de modernização da agricultura.

É nesse contexto que passou a preponderar a análise de que para desenvolver o meio rural não bastava o aprimoramento de atividades de fomento como era realizado em anos anteriores. Era preciso agora “educar” não só o agricultor, mas toda a sua família aos moldes semelhantes à extensão rural empregada nos Estados Unidos e em outros países para fazer com que a agricultura cumprisse seu papel de fornecedora de recursos para a indústria. Mas para cumprir esse papel, na visão das agências de extensão rural, era preciso, também, capitalizar a família rural e torná-la integrante de uma comunidade com potencial representação de suas demandas, para, desta forma, participar dos trabalhos planejados pelo Serviço Social Rural (SSR)⁷, instância educativa participante de programas humanitários promovidos pela

⁷ Segundo Moacir Palmeira (1989), o Estatuto da Terra é que criou em 1955 o Serviço Social Rural (SSR). O Estatuto listava uma série de atribuições para o SSR, que iam desde a “prestação de serviços sociais no meio rural”, visando à melhoria das condições de vida da sua população (alimentação, habitação, saúde, incentivos à atividade produtora) até a aprendizagem de técnicas de trabalho, o fomento à “economia das pequenas propriedades”, a criação de “comunidades” e a “realização de inquéritos e estudos”, o Estatuto da Terra se propunha a “dar organicidade a todo sistema rural do país.

Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo era o mercado, lucro, mesmo que para isso fosse necessário mudanças culturais e tecnológicas para difundir o projeto no campo.⁸

Segundo o Ministério da Agricultura,

Todas essas atividades de fomento da produção vegetal, se bem que viessem produzindo resultados que podem ser considerados como satisfatórios, sofrerão, a partir de agora, sensível mudança de orientação. Sem o abandono dos métodos clássicos de fomento, os trabalhos desenvolver-se-ão mais no sentido da extensão agrícola, deixando o agricultor de ser tratado, apenas, como uma unidade de produção, para ser considerado, também, como parte integrante de uma comunidade.

Com a colaboração de todas as entidades que atuam nas zonas rurícolas, será dada maior intensidade aos trabalhos educacionais, abrangendo, inclusive, a família do lavrador, e visando, sobretudo, o alevantamento (Sic) do nível social do meio rural brasileiro (Ministerial Reports: Agricultura, U2035, Rio de Janeiro, relatório de 1954-1955).⁹

Alinhar a produção investindo sobre a cultura do trabalhador rural era uma proposta do programa da “Revolução Verde” nos anos de 1940. Embora apresentassem uma missão com caráter aparentemente “humanitário” de ajuda “mútua” aos países periféricos, na realidade tinham como pano de fundo amplos interesses interligados ao governo estadunidense, às multinacionais e transacionais interessadas em dinamizar tanto suas áreas de influência econômica, política e ideológica.

O pacote tecnológico pulverizado pelos extensionistas correspondia à característica de uma linha de montagem, pela combinação de uso de insumos e instrumentos agrícolas que não podiam ser rompidos, sob o risco de invalidar totalmente os resultados da exploração agrícola (Aguiar, 1986, p. 17). Tratava-se de um método de produção e organização do trabalho semelhante ao taylorismo, que desejava alcançar o máximo da produção e rendimento com o mínimo de esforço e tempo.

⁸Sobre Comunidades rurais consultar <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2037/000017.html> e <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2037/000104.html>

⁹ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2035/000125.html>. Acesso em: abr. 2016.

Do ponto de vista do ensino e trabalho, as multinacionais forjaram uma cooperação intensificada, mas alienada, entre formação humana tecnicista extremamente precarizada e trabalho explorado, hierarquizado. Experiência que gerou múltiplos efeitos, como a competição entre trabalhadores, segregações e subalternizações dentro de uma comunidade. A pedagogia tecnicista foi fundamentada no método denominado “aprender a fazer” e pretendeu transformar o trabalho pedagógico em um processo operacional racionalista, eficiente e produtivo. O seu conteúdo consistiu em acelerar com meios disciplinares e métodos da psicologia e adequar os costumes às necessidades do trabalho agroindustrial. Os métodos disciplinares tinham como objetivo desenvolver no trabalhador posturas maquinais, passando a eliminar posturas de trabalho autônomas e criativas no campo.

Gramsci (2008), em seu livro “Americanismo e fordismo”, identificou em Taylor posturas que visavam retirar do trabalhador o senso psicofísico e desenvolver o aspecto físico-maquinal.

(...) A expressão consciência da finalidade pode parecer no mínimo espirituosa a quem recorde a frase de Taylor sobre o gorila amestrado. Taylor, de fato, exprime com cinismo brutal a finalidade da sociedade americana, de desenvolver no trabalhador posturas maquinais mínimas e automáticas, eliminar o antigo senso psicofísico do trabalho profissional qualificado, que demandava uma participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas ao aspecto físico maquinal somente. Mas na realidade essas não são novidades originais. Trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que foi iniciado com o nascer do próprio industrialismo, fase que só é mais intensa que as precedentes e se manifesta nas formas mais brutais, mas que serão também superadas com a criação de um novo senso psicofísico diferente do precedente, e indubitavelmente superior. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada, uma parte da antiga classe trabalhadora será eliminada sem piedade do mundo do trabalho e talvez do mundo tout court (Gramsci, 2008, p. 67 - [grifo nosso]).

As posturas típicas do processo de industrialização ganharam força a partir dos empreendimentos “filantrópicos” das fundações como a Ford e a Rockefeller, contando com o apoio de entidades da sociedade civil e do Banco Mundial. Está claro que essas organizações não se preocuparam com a humanidade e espiritualidade daqueles que trabalharam diretamente na terra.

As grandes empresas que vislumbraram a consolidação do complexo agroindustrial visaram ao aumento da produtividade para maximizar os lucros, por meios eficientes em termos de extração da mais-valia com custos reduzidos de produção. Esses elementos explicam a preocupação com a eficiência física e a máxima produtividade dos trabalhadores. Refletindo sobre as transformações no mundo produtivo, a partir do desenvolvimento do capitalismo, segundo Gramsci (2008, p. 67):

(...) Esta humanidade e espiritualidade não podem realizar-se senão no mundo da produção e do trabalho, na criação produtiva; esta era a máxima do artesão, do demiurgo, quando a personalidade do trabalhador se refletia completamente no objeto criado, quando ainda era forte a ligação entre arte e trabalho. Mas é justamente contra este humanismo que luta o novo industrialismo.

Para maximizar os lucros e aumentar a capacidade produtiva dos produtores rurais, a Extensão Rural teve como horizonte a formação pragmática e especialização fragmentada dos extensionistas rurais. A separação entre trabalho manual e intelectual, aprender a fazer, em contraposição ao aprender a pensar são consequências do processo socio-histórico que separou o trabalhador do produto de seu trabalho, transformando em capital os meios sociais de produção e a força de trabalho em mercadoria (Marx, 1983).

O modelo internacionalizante e associado, portanto, foi iniciado com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Antes disso, porém, foram implantados planos industrializantes de cunho “nacionalista”, conhecidos como “planos desenvolvimentistas”. Segundo Clovis Tadeu Alves, Kubitschek (1956-1961) apresentou como meta de governo maior abertura ao desenvolvimento da “Revolução Verde” no Brasil por meio do plano de Metas. Além disso, teve como principal pauta de planejamento estatal o retorno às questões envolvendo o processo produtivo e a agricultura (Alves, 2013. p. 46).

Durante o governo Kubitschek ocorreu um aumento da participação do governo e do capital estrangeiro para o financiamento de investimentos e também a participação dos setores público e privado na economia. A participação do governo na economia acendeu, também, em função das

pressões sociais por serviços públicos e infraestrutura social e pela necessidade de capital para o desenvolvimento de indústrias modernas. O governo estendeu sua participação através do incentivo ao consumo, pela disponibilização de empréstimos o que demonstrou maior dependência das empresas com bancos oficiais (Gonçalves Neto, 1997. p. 28).

Objetivando aumentar a produtividade e incorporar tecnologia no setor agrícola, a conquista do “progresso” passou a ser um objetivo que fundamentava os discursos do Ministério da Agricultura. A criação de redes de instituições envolvendo pesquisa científica, experimentação, ensino e fomento, defesa sanitária das lavouras e rebanhos, mediante meios de orientação, organização e fiscalização da produção passou a fazer parte desse novo cenário brasileiro.

O interesse em investir em armazéns, silos, estocagem, em estações experimentais, institutos de pesquisa sobre “progresso” tecnológico e influência do mercado externo para o desenvolvimento de certas culturas contou com interesses públicos e privados. Além disso, o ministério pretendia aproximar a rede de instituições e serviços como as escolas, clubes agrícolas, postos agropecuários, laboratórios, fazendas de criação à iniciativa privada. Segundo o referido relatório, a partir de 1960 essas instituições passaram a assumir tarefas relacionadas à modernização da agricultura, como pesquisa, fomento, organização e fiscalização da produção.¹⁰

A partir dos finais dos anos de 1950, a industrialização brasileira foi feita cada vez mais estreita com os capitais externos, sob interesses estadunidenses no país para desenvolver com sucesso esse novo processo produtivo. Isso se deveu ao enfraquecimento e à crise do chamado modelo de substituição de importações que desde a década de 1930 representou o ponto central no processo de industrialização brasileira. As razões do esgotamento do modelo de substituição de importações acenaram para as variáveis externas como o

¹⁰ Ministerial Reports: Agricultura, U2037, Rio de Janeiro, relatório de 1960. Disponível para consulta no site <https://www.crl.edu/digital-collectionsenter> . Acesso em jan. 2025.

estrangulamento da capacidade de importar, a estrutura do mercado nacional, o processo de desenvolvimento tecnológico (TAVARES apud NETO, 1997, p.26).

De um modo geral, o esgotamento do modelo de substituição de importações abriu caminho para a redefinição das relações entre a agricultura e a indústria a partir da consolidação dos chamados complexos agroindustriais. Instituições estadunidenses investiram em um sofisticado aparato de influência cultural e econômica no Brasil, manifestando características da "revolução passiva" de diversas formas. Persuasão, exaltação da modernização, vitrine tecnológica, parcerias estratégicas, cooptação de sujeitos de comunidades, organização de clubes agrícolas femininos e masculinos, treinamentos de técnicos e supervisores extensionistas, por exemplo, significaram uma alternativa para levar os "agricultores" identificados pelas agências de fomento do capital como atrasados, pobres e com potencial força de resistência ao capitalismo. Por fim, o papel exercido pela Extensão Rural no sentido "filantrópico" sob pretexto de "Ensinar os produtores rurais a ajudarem a si mesmos" não passou de uma estratégia mais barata e eficiente que o investimento em equipamento militar (LEHER, 1999). Além de ser mais barato o investimento, a educação proporcionaria maior grau de integração e de consenso. A preocupação com a direção da classe trabalhadora sempre foi inerente ao pensamento e às ações da burguesia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde de. *Abrindo o pacote tecnológico*. São Paulo: Polis/CNPq, 1986.

ALVES, Clovis. *A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)*. Porto Alegre: Letra & Vida. (2013).

BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul: Vozes. (1988).

COUTINHO, Carlos Nelson. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*. In: Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DIAS, Kadu. Massey Ferguson. Mundo das Marcas. 2006. Disponível em: <https://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/07/massey-ferguson-gente-faz-terra.html>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. Quaderni del cárcere.3. Tradução Gabriel Bogossian. Notas Avaro Bianchi. São Paulo: Hedra: 2008.

LEHER, Roberto. *Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo*. Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

MARX, Karl. *O capital - crítica da economia política*, v. I, São Paulo, Abril Cultural. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital.1983.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Niterói/Rio de Janeiro: Vício de leitura/FAPERJ. 2007.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. *Ditadura, agricultura e educação: a ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985) / Rodrigo Sarruge Molina*. - Campinas, SP: [s.n.], 2016.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A Aliança para o Progresso e a questão agrária no Brasil: considerações iniciais*. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, Santa Catarina, 2015.

NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e Agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec. (1997).

PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e questão agrária*. SciELO - Scientific Electronic Library Online, Estud. av. 3 (7), dez. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006. Acesso em: dez. 2016.

SANTOS, Theotônio dos. *Teorias do capitalismo contemporâneo*. Editora Vega/Novo Espaço Belo Horizonte, MG, 1993.

SILVA, Claiton Marcio da. *Agricultura e Cooperação Internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde - Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Rio de Janeiro-RJ, 2009.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, Sirlei de Fátima. *Tradição x modernização no processo produtivo rural: os Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)*. Rio Grande do Sul, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre Economia Brasileira*. 11.^a ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Recebido em: 27/04/2025

Aprovado em: 22/10/2025

Publicado em: 19/12/2025